



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

LUIZA SACRINI ESPIRITO SANTO
147136

Relações econômicas da China com a ASEAN: Evolução e tendências recentes

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Celio Hiratuka.

Campinas
2019

Resumo

O artigo tem como tema as relações entre a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) após a crise mundial de 2008. Particularmente, as mudanças as mudanças em volume e pauta importadora e exportadora. Conclui-se que a respeito das tendências de aprofundamento das relações comerciais com países emergentes, a mesma foi observada nos países da ASEAN. O fortalecimento das relações regionais aponta um aumento do peso relativo no comércio da China com esses países, em especial em produtos manufaturados.

Palavras-chave: China, ASEAN, crise, comércio internacional

Abstract

This article focuses on the analysis of China and Southeast Asian Nations (ASEAN) relations after the 2008 global crisis. In particular, the import and export changes in volume and products. It is concluded that the trend of deepning trade relations with emerging countries has been observed in the ASEAN countries. The strengthening of regional relations points to an increase in the relative weight of China's trade with these countries, especially in manufactured goods.

Key words: China, ASEAN, crisis, international trade

Sumário

Introdução	4
Capítulo 1: Desenvolvimento Geral da China	6
1.1 O conflituoso caminho ao poder	6
1.2 A República Popular da China: O Período Maoísta	7
1.3 Da Abertura Comercial ao Pré-Crise.....	10
1.3.1 As Reformas Econômicas.....	11
1.4 As transformações recentes	14
Capítulo 2: As relações entre China e ASEAN	17
2.1 O Duplo Pólo na Economia Mundial.....	18
2.2 A relação China-ASEAN pós-crise.....	19
2.3 As especificidades dentro do grupo.....	20
Capítulo 3: Os fluxos de comércio antes e após a crise de 2008.....	26
3.1 A aproximação ASEAN-China em dados.....	27
Considerações finais	33
Referência bibliográfica	36

Introdução

Dada a importância comercial chinesa, estando o país no centro do crescimento mundial, se faz necessário uma melhor compreensão de diversos aspectos de sua economia, para o melhor entendimento da economia internacional como um todo. Nesse trabalho, foca-se na compreensão das mudanças recentes nas relações comerciais chinesas com os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), após a crise de 2008.

O melhor entendimento dessas mudanças parte do desenvolvimento geral da China, apresentado na primeira seção, demonstrando como as reformas de 1978 fomentaram um grande crescimento econômico com mudança estrutural, até períodos mais recentes, após a crise de 2008. Diante da constatação da vulnerabilidade de sua economia ao sofrer os efeitos da crise mundial, busca-se prevenir que futuras crises nos mercados americano e europeu tenham o mesmo impacto. Deste modo, procura-se apontar de que forma os fluxos de comércio regional foram afetados por essas mudanças.

No contexto de reposicionamento chinês pós-crise, no entorno asiático, a segunda seção discute as relações comerciais com a ASEAN, países do bloco podem ser classificados em três subgrupos. O primeiro é o de alta renda, composto por Brunei e Cingapura. Já o segundo grupo, de renda média, constituído por Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas. Por fim, o grupo de baixa renda contém Laos, Myanmar, Camboja e Vietnã.

Apesar do agrupamento, cada país possui sua especificidade em relação ao comércio com a China, Brunei é um país que passou a ter déficit no comércio bilateral, a partir de 2008, após um período tendo superávits, porém o fluxo de comércio é pequeno comparado ao total com os outros países da ASEAN. Por sua vez, Cingapura é um grande centro de trocas no mundo. O comércio com a China consiste, tanto na importação quanto na exportação, de máquinas e produtos eletrônicos. Durante a crise, em 2009 e 2010, conseguiu reduzir o crescimento do déficit de comércio com a China, mas ele voltou a aumentar rapidamente.

Os países com renda média representam a maior parte do comércio da ASEAN com a China. Nesse grupo pode-se destacar a Malásia e a Tailândia, por possuírem superávit. Por possuir grande integração na cadeia de suprimentos

regional e por seus cinco maiores parceiros comerciais representarem menos do que a metade de suas trocas, a Malásia não depende de apenas um parceiro. Por sua vez, a Tailândia é uma conhecida exportadora de serviços, em especial o turismo.

Dentre os países de baixa renda, apenas o Vietnã possui um volume de comércio relevante, considerando a totalidade das trocas da ASEAN. Em geral, esses países são altamente dependentes de suas relações comerciais com a China. O comércio internacional é apenas uma pequena parte da economia da Myanmar, mas a China é seu maior importador e segundo maior exportador.

Por fim, a última seção apresenta em dados as mudanças ocorridas nos fluxos de comércio após a crise, visto que há a aproximação da China nos mercados asiáticos como modo de reduzir a sua dependência de mercados ocidentais e criar uma dinâmica de crescimento regional.

Capítulo 1: Desenvolvimento Geral da China

O entendimento das mudanças ocorridas no crescimento e nos fluxos de comércio chinês, pós-crise de 2008 depende da compreensão do caminho traçado por esse país ao longo do último século, em especial a partir da segunda metade do século XX. Como é tradicionalmente apresentado, a história recente chinesa foi dividida em três períodos. A primeira seção aborda os anos entre 1949 e 1978, também conhecido como “Período Maoísta”. Em seguida, discorre-se sobre a abertura lenta e gradual e a modificação da estrutura ocorrida no período a partir de 1979 até a crise de 2008. A última seção contempla as mudanças ocorridas na última década marcada pelo enfrentamento da crise e seus efeitos sobre a economia chinesa.

1.1 O conflituoso caminho ao poder

Em outubro de 1949 o Partido Comunista Chinês (PCCh) toma o poder, iniciando a República Popular da China que perdura até hoje. Como coloca Carvalho (2013), as décadas que precederam foram marcadas por conflitos internos e externos. O fim da Dinastia Qing em 1911 decorreu das fragilidades internas que obstruíram o processo de industrialização e, também, levaram ao poder, sob a liderança de Sun Yat-sen, o Partido Nacionalista (Kuomintang), após a Revolução de Xinhai.

O governo de Sun Yat-sen não se prolongou, ele foi deposto pelo general Yuan Shikai. Por sua vez, Shikai vem a falecer em 1916, suscitando a fragmentação do poder em diferentes figuras regionais, que não reconheciam a liderança do partido e disputavam entre si o domínio local, marcando a período intitulado “Era dos Senhores das Guerras” por forte instabilidade. Após o final da Primeira Guerra Mundial, e com o apoio da antiga URSS, em 1921 foi fundado o PCCh, que auxiliou o Partido Nacionalista a enfrentar os senhores locais e unificar o país novamente sobre uma única liderança.

Contudo, em 1927, a disputa pelo poder entre o Partido Nacionalista e o PCCh culminou em uma Guerra Civil, que terminaria por completo apenas em 1949. Nesse meio tempo, em 1931 o Japão, que já havia entrado em guerra com a China

no passado, invade a região da Manchúria. O Kuomintang encontrou resistência para frear os avanços japoneses, mas seu grande esforço e conquista nesse momento foi o combate dos comunistas e o enfraquecimento do PCCh. Estes se viram cercados em 1934 e iniciaram o que ficou conhecido com a Longa Marcha, percorrendo grande parte do extenso território chinês, estrategicamente recuando.

O Japão volta a invadir o país em 1937, conflito que se mistura com a Segunda Guerra Mundial e termina quando esta também teve seu fim, em 1945. O combate ao inimigo em comum motivou uma trégua nos conflitos internos, contudo ao final do conflito mundial, o país foi segmentado. O PCCh recebeu da ex-URSS o território da Manchúria e o restante das áreas, antes dominadas pelos japoneses, passam a ser controladas pelo Partido Nacionalista.

O conflito é retomado em 1946. Se, por um lado, o Kuomintang possuía o apoio americano no conflito, por outro, o partido comunista agregou grande apoio popular do campo, decisivo na sua vitória em 1949.

1.2 A República Popular da China: O Período Maoísta

A criação da República Popular da China em 1949 marcou o início de uma nova organização no país, tanto no campo social quanto no econômico, seguindo um padrão de desenvolvimento subordinado a um comando centralizado, isto é uma economia centralmente planejada. Medeiros (2013) dividiu esse período em três subperíodos, em 1949, que há a coletivização e a distribuição das terras. O período seguinte, marcado pelo Grande Salto da indústria pesada e iniciado em 1958 e o final desse recorte, que se inicia em 1966, época da Revolução Cultural chinesa.

Como aponta Carvalho (2013) os anos iniciais da República foram de combate à inflação e reconstrução após a guerra mundial. A inflação foi controlada e as produções industrial e agrícola atingiram patamares superiores ao do período anterior, promovendo a aceitação do regime pela população. A descentralização e distribuição das terras foi alicerçada na desapropriação, por meio da força, dos senhores de terra e distribuição entre os camponeses. Nessa fase também se verificou a concessão de direitos sociais, como ampliação da educação e da saúde básica.

Em relação à produção industrial, as empresas estrangeiras foram nacionalizadas e as privadas foram expropriadas. Segundo Medeiros (1999A), nos

anos 1950 a China contou com o auxílio da URSS para importar bens de capitais e grãos, possibilitando crescimento industrial significativo, considerando o atraso chinês na indústria de bens de consumo e agricultura. Isso se deve à dinâmica de crescimento de uma economia socialista, visto que a restrição ao crescimento ocorre em função da oferta, considerando que o controle estatal gere as fontes de acumulação e que o plano de planejamento central que garante o investimento autônomo do governo. Deste modo, o aumento na oferta interna de bens de capital reflete na elevação da participação dos investimentos na renda e na taxa de crescimento do produto. Como consequência, o setor de produtos de bens de capital gera o aumento da demanda por alimentos e matérias-primas.

O auxílio da URSS, foi consequência da aproximação desses países, em especial após a Guerra da Coreia, na qual apoiam o comando comunista coreano no enfrentamento com o Sul, que, por sua vez era apoiado pelos americanos. No mesmo período, a República ainda enfrentava resistências em seu território contra o novo regime e, após o conflito coreano, se afirmando como aliada soviética, passa a participar da bipolarização geopolítica. A militarização é necessária para garantir a defesa do território em caso de ataques de países contrários. (Carvalho, 2013)

O segundo subperíodo é iniciado com o lançamento do Grande Salto Para a Frente, que propunha o crescimento da produção agrícola e industrial como forma de se desenvolver a frente da Inglaterra. A meta era disseminar a ordem social socialista a partir do fortalecimento das forças produtivas, de encontro com uma produção igualitária e descentralizar a produção chinesa, desenvolvendo as comunas. Segundo Carvalho (2013, pg 26),

“As comunas correspondiam a unidades produtivas com alto grau de autonomia administrativa (em acordo com as diretrizes definidas pelo PCCh) e autossuficientes, responsáveis pela produção agrícola – para consumo próprio e para a entrega ao Estado –, parte de sua produção industrial, assegurando educação e saúde para todos os seus residentes.”

A lógica por trás da criação das comunas era principalmente militar. A estratégia proposta era descentralizar a produção reduzindo as vulnerabilidades em eventuais ataques de nações contrárias ao regime. Outra estratégia militar era pulverizar a indústria pesada por meio das comunas. Esta indústria poderia beneficiar tanto o mercado interno quanto a produção da guerra. As comunas deslocaram parte dos trabalhadores agrícolas para o setor secundário, com obras de

infraestrutura e a indústria de aço. O resultado é o aumento da produção de aço, mas ocasiona o declínio na produção de alimentos, afetando a população chinesa com escassez de comida. O Grande Salto foi abandonado em 1961, mas nesses três anos resultou na morte de ao menos 20 milhões de pessoas em decorrência da fome. Os efeitos desastrosos do plano geram discordância tanto dentro do próprio partido, quanto com a URSS. Somado a outras desavenças, em 1964 as duas nações cortam relações diplomáticas e passam a disputar suas fronteiras.

Os anos seguintes foram motivados pelo objetivo de restaurar a economia, em especial elevar a produtividade da agricultura. As comunas são fracionadas com o intuito de facilitar o processo de organização produtiva. As medidas adotadas são a movimentação de pessoas da cidade para o campo e o fechamento parcial para produção fabril do campo. Concomitantemente foram flexibilizadas as relações comerciais do campo, possibilitando a troca de excedente agrícola e reabrindo mercados locais. (Carneiro, 2013)

Segundo Medeiros (1999A), nesse período o partido deu continuidade ao deslocamento de plantas industriais para o interior do país e ao processo de industrialização, mantendo-se a estratégia de proteção do território, agora com a possível ameaça soviética. A produção agrícola permaneceu estagnada, aumentando a importação de alimentos. O crescimento econômico e do investimento industrial dependia do aumento da produção de insumos agrícolas e de bens de consumo, visto que o aumento da taxa de crescimento e do investimento, ao se refletirem em inflação nos bens de consumo obrigam a desacelerar o investimento na indústria de bens de capital.

O último subperíodo inicia-se em 1966 com a Revolução Cultural. Como aponta Carneiro (2013), após enfrentar desavenças dentro do Partido e presenciar modificações no seu projeto político, Mao Tse Tung acredita que é necessário monitorar as manifestações culturais que possam prejudicar o regime. Desse modo, instituiu em 1965 o Grupo dos Cinco, grupo que abrangia os anciões do Politburo. O grupo foi desfeito no ano seguinte, após conflitos internos, porém é formado o Grupo da Revolução Cultural, que, por sua vez, cria a Guarda Vermelha, constituída por jovens com poderes de realizarem julgamentos públicos e condenações contra aqueles que viessem a criticar o regime e desmerecessem os princípios da revolução, como o igualitarismo ou suprimissem os valores tradicionais. A repressão

é respondida com resistência popular e, em 1968, a Guarda é destituída, mas a Revolução Cultural prossegue até 1976.

No âmbito da geopolítica, o enfrentamento com os soviéticos no contexto de Guerra Fria proporciona a aproximação com os EUA. O embargo comercial à China é retirado em 1971 e, no mesmo ano, a China é inserida na ONU. Em 1976, Mao, já com idade avançada, falece. Após conflitos dentro do Partido, em 1978, Deng passa a conduzir o partido. O seu projeto de desenvolvimento das forças produtivas abre espaço para a mediação do mercado, apesar da planificação, e motiva a inserção internacional, o que modificará a estrutura econômica da China.

Durante esse período, em especial entre 1952 e 1978, o crescimento da economia chinesa foi de 4,4% a.a, movido pelo crescimento da indústria de 9,6%, contrastando com o crescimento da agricultura de 2,2%. É notável que houve o crescimento da participação da indústria no PIB, que em 1952 era de 9,9%, chegando a 34,7% em 1978. Em contrapartida, a agricultura perdeu parte da sua participação, e em função do baixo crescimento da sua produtividade comparando o crescimento da indústria o emprego agrícola reduziu sua participação de modo lento ao longo desses anos. (Medeiros, 2013)

1.3 Da Abertura Econômica ao Pré-Crise Internacional

A fim de entender melhor as mudanças que ocorreram nesse período e como as reformas foram contextualizadas, Medeiros (2013) identifica diferentes padrões de acumulação de capital após 1978 e os incorpora na sua periodização, assim como as mudanças institucionais características desse contexto da história chinesa. No primeiro momento, na década da 80, a estratégia adotada foi a elevação da produtividade agrícola como resultado da introdução do regime de responsabilidade familiar e da exportação de bens de consumo da indústria leve. Marca-se também o início da abertura externa. Na década seguinte, a estratégia é a de expansão e diversificação das exportações e dos investimentos, assim como, a incorporação de parte do excedente de mão de obra rural nas áreas urbanas.

O segundo período inicia-se nos anos 1990, quando há a expansão da indústria pesada e das reformas liberalizantes, e a diversificação da exportação. Por fim, de 2001 até 2009, há o investimento em infraestrutura e na indústria pesada.

1.3.1 As Reformas Econômicas

Em 1978, Deng consolida sua liderança no PCCh e anuncia o início das Reformas Econômicas, pautadas no objetivo de realizar as Quatro Modernizações, sendo elas no âmbito da ciência e tecnologia, da indústria, da agricultura e da defesa. Nesse momento, também é determinado que a meta central seria o desenvolvimento das forças produtivas, a partir das reformas da abertura ao exterior e da manutenção do controle do Estado Chinês pelo partido, princípios que permanecem até os dias atuais. (Carvalho, 2013)

Era notável, nos anos 1970, o atraso chinês em comparação às potências. Dessa forma, crescia os riscos militares frente ao país e ao partido, e também, o receio de que se tornassem subordinados ao sistema político internacional. A solução proposta não foi apenas a adoção de mecanismos de mercado. Foi necessário estreitar as relações com outros países, com o propósito de ter acesso às tecnologias avançadas da época, incorporando o progresso técnico e adquirindo os requisitos necessários para competir internacionalmente. Carvalho discorre (2013, pg 57)

“A modernização da China relacionava-se, para Deng, ao domínio do estado das artes da tecnologia dos diversos ramos presente nos principais países, ao invés de desenvolver sua tecnologia isoladamente, descompassada com o resto do mundo. A ponta tecnológica existente era tida como ponta de partida para a criação de um sistema nacional de inovação. Diante disto, o PCCh propôs articular uma estratégia que garantisse o acesso às tecnologias e competências administrativas das principais potências capitalistas sem que isto levasse à submissão externa do país, no nível econômico e militar. Neste intercâmbio, mostrava-se fundamental evitar o endividamento externo, bem como mitigar os canais de transferências de choques internacionais à economia chinesa, o que requeria cautela na construção de sua forma de integração da economia internacional.”

Nesse contexto, são propostas as reformas. Elas foram formuladas nos erros e acertos das décadas passadas, considerando as experiências positivas de outros países e as adaptando ao caso chinês. Inicialmente, elas se apoiaram na dissolução das comunas, na criação das Zonas Econômicas Especiais, na concessão de maior autonomia a empresas estatais e nas reformas de preços e do sistema bancário.

As reformas deveriam ser direcionadas a transformar, gradualmente, a economia centralmente planificada em uma economia de mercado. Desse modo, a intervenção estatal na economia é mantida, porém é reconfigurada, combinando a eficiência econômica estruturada pelo mercado e os objetivos de longo prazo do planejamento.

Características dos anos entre 1949 e 1978, as comunas eram o centro da produção e distribuição dos locais afastados das cidades. Elas foram criadas com a finalidade de sanar o problema do transporte no vasto território, assim como, seguir a estratégia militar de produção e proteção. Em 1978, há a dissolução das comunas e as empresas presentes nessas áreas passam a ser controladas pelos distritos e municípios. (Medeiros, 2013)

As comunas foram substituídas pelos distritos administrativos e as brigadas de produção são substituídas pelas vilas. Nesse momento, são criadas as empresas de vilas e municípios (EVM). Elas eram controladas pelos governos locais, mas geridas pelos trabalhadores e passam a poder vender seus produtos para o mercado. A produção inicialmente era similar à das antigas comunas, posteriormente, passam a ser introduzidas a produção de bens de consumo. As EVMs ganharam grande importância, em 1978 correspondia a 5% do PIB, mas em 1996 sua participação representa 26% do PIB (Medeiros, 1999)

Ao final da década de 1970, são criadas as primeiras Zonas Econômicas Especiais, enclaves característicos do desenvolvimento chinês. Seu objetivo era fomentar as exportações ao associar empresas locais com empresas transnacionais. Concentradas na região costeira e próximas a Taiwan e Hong Kong, as primeiras a serem criadas foram as de Shenzhen, Zhuhai, Shantoun e Xiamen. (Ilustração 1)

Segundo Medeiros (1999A), as ZEEs possuíam liberdade cambial e se beneficiavam de isenção fiscal, recebiam investimento em infraestrutura com a finalidade de se tornarem atrativos para investimentos e gerar divisas. Ao atrair IDE condicionado à associação de empresas locais, a estratégia central desse modelo era obter transferência tecnológica e gerencial, assimilando a tecnologia das empresas estrangeiras, enquanto abriam-se caminhos para o comércio externo. As empresas que não estavam nas ZEE estavam sujeitas à política chinesa protecionista e dirigida concomitantemente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno.

Ilustração 1. China: Zonas Econômicas Especiais

Figure 3. China: Special Economic Zones



Fonte: Handbook of International Economic Statistics (1996)

Segundo Medeiros (1999A), o “espetacular crescimento econômico com mudança estrutural” seguido das reformas foi consequência de três fatores. O primeiro é a estratégia americana de isolamento da antiga URSS. Por meio da reaproximação com a China em 1979, abriu-se o mercado ocidental para as exportações chinesas e promoveu-se na China, como em outros países da Ásia, desenvolvimento a convite, aumentando a sua influência na região frente a URSS.

O segundo fator foi a ofensiva americana no Japão que, ao longo dos anos 80, enfrentou conflitos comerciais. A desvalorização do iene em relação ao dólar ocasionou a depreciação das moedas dos países menos desenvolvidos, inclusive do yuan chinês. Com base nessas desvalorizações, Medeiros afirma (1999A, pg 17)

“A reorganização da economia regional asiática a partir do deslocamento do capital produtivo japonês acelerou intensamente o investimento direto e o comércio regional. [...] A valorização das moedas destes países e as pressões comerciais americanas reduziram os ganhos de comercialização decorrentes da exportação de manufaturas baratas para os países ocidentais e particularmente para os EUA. Face ao crescimento dos custos de produção e especialmente do valor dos imóveis e terra urbana, os custos muito mais baixos e o câmbio desvalorizado na China exerceram amplo estímulo para o deslocamento de capitais de Hong Kong, Formosa e Japão (Coreia do Sul numa escala menor) atraídos por taxas de lucros mais elevadas nas zonas econômicas especiais.”

Por fim, o último fator é a estratégia do governo utilizando o desenvolvimento econômico e a modernização da indústria para garantir a soberania do Estado sobre a população e o território.

1.4 As transformações recentes

Até 2007, a taxa de crescimento do PIB crescia ano a ano, chegando a alcançar 14,2%. Após os impactos da crise de 2008 e de se deparar com contradições internas, a taxa de crescimento declinou para próximo de 7%. Apesar de ainda ser umas das mais dinâmicas economias do mundo, seu crescimento não foi distribuído por igual, por estar concentrado no investimento. E depende de alguns fatores, sendo eles a expansão do mercado imobiliário e a construção de obras de infraestrutura.

O novo período de “transição interna” tem o objetivo de criar o crescimento sustentável, promovendo melhorias sociais, como redução da desigualdade e saúde pública, assim como uma produção menos intensiva em capital e energia. Concomitantemente, há o interesse em intensificar a sua influência financeira, econômica, militar e diplomática no mundo, por meio de um processo de “transição internacional”, a fim de garantir a sua capacidade de defesa de possíveis ameaças estrangeiras e estender sua influência que estava concentrada em países asiáticos. (CINTRA e PINTO, 2015)

O comércio com países do seu entorno e com o restante do mundo se intensifica, ao mesmo tempo que comércio com o Japão e o Ocidente perdem parte da sua importância ao diminuírem relativamente. Também há a modernização tecnológica da sua pauta exportadora e de suas empresas, conforme cresce o comércio e o investimento destinados a países em desenvolvimento.

Apesar das questões territoriais no Mar do Sul da China e da política externa americana na disputa pela hegemonia do Pacífico Sul, a China, no geral, mantém um relacionamento estável com os países vizinhos (Malásia, Taiwan, Brunei, Vietnã, Filipinas), pois seu relacionamento econômico resulta em prosperidade para eles. Porém, a questão se torna complexa ao se considerar que o aprofundamento da integração regional acentua a dependência ao dinamismo chinês, que é resultado da estratégia chinesa, que tem como um de seus objetivos confrontar a presença militar estadunidense.

Nas questões diplomáticas, há o uso do “soft power” na diplomacia chinesa para estabelecer relações estáveis com foco nos países em desenvolvimento, nas economias emergentes e nos países asiáticos. A realização de grandiosos investimentos nos países vizinhos é um exemplo disso. Desse modo, a China procura fortalecer a confiança, diminuir conflitos em suas fronteiras e aproximar relações comerciais. Outros exemplos são a cooperação no desenvolvimento desses países, sem a exigência de contrapartidas, e da facilitação do comércio. (CINTRA e PINTO, 2015)

A internacionalização do renminbi é mais uma das estratégias chinesas para auxiliar na proteção da sua economia, garantindo as commodities para sua produção e mercado interno e obter tecnologia indispensável para ela. Apesar de a chance da sua moeda se tornar hegemônica nas próximas décadas ser pequena, como muitos imaginam, a sua relevância tem se elevado, em especial regionalmente, com a ampliação do uso do renminbi no comércio e investimento externo.

A ascensão da China como potência comercial e econômica está por trás da internacionalização da sua moeda, que continuará a crescer no sistema monetário pautado pelo dólar flexível. A China ainda depende dos títulos do Tesouro americano na manutenção de suas reservas, pois é o único sistema financeiro existe que comporta sua grande reserva. A procura por menor dependência motiva o país a internacionalizar a moeda, pois a necessidade de depósitos no sistema financeiro americano declina conforme as empresas conseguem importar, exportar e investir no exterior utilizando o renminbi.

Cintra e Pinto (2015) também pontuam a criação de uma praça financeira em Xangai e a criação de um mercado “offshore” em Hong Kong, visto que sua moeda não é completamente conversível. Permite-se nesse local que estrangeiros, seja

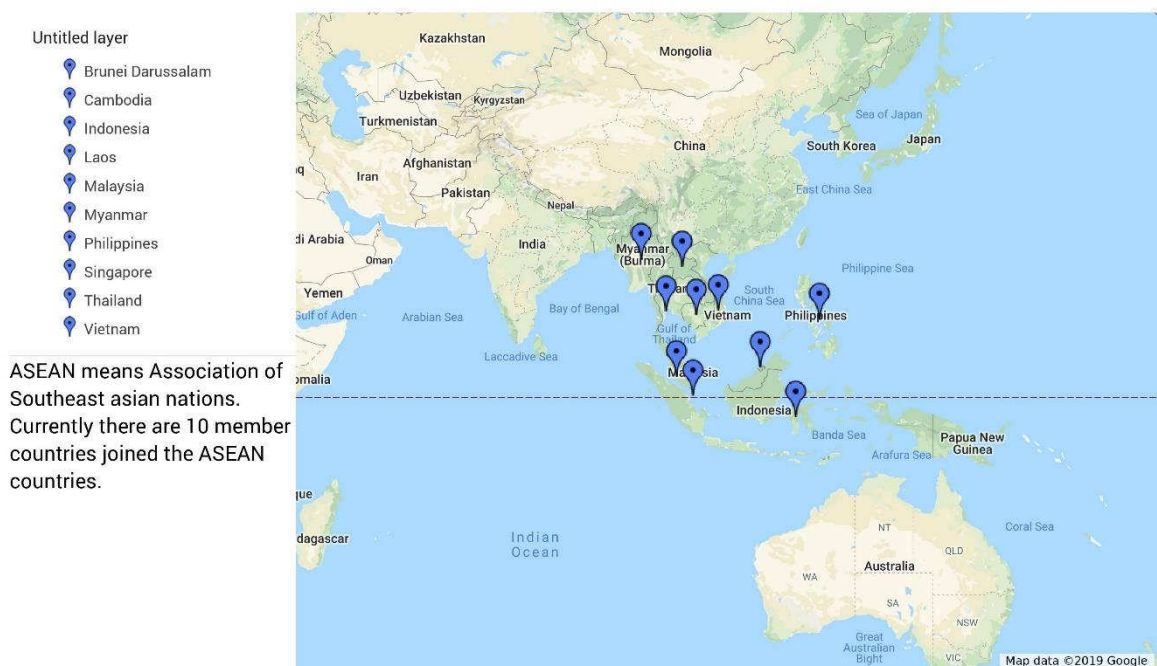
investidores, bancos ou empresas, detenham depósitos, realizem transações comerciais e tomem empréstimos em renminbi, em especial entre os países do seu entorno. A finalidade dessas medidas é promover a internacionalização controlada da moeda, em um contexto de globalização financeira e produtiva, reduzindo as assimetrias do sistema monetário internacional, que influencia a sua capacidade de realizar políticas internas e externas. Assim, o objetivo é internacionalizar, mas manter o controle sobre a conta de capital.

Capítulo 2: As relações entre China e ASEAN

A ASEAN foi fundada em 1967, composta, inicialmente, pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Nos anos 90, países de renda baixa passaram a fazer parte do grupo, sendo eles Birmânia, Camboja, Laos e Vietnã. O seu objetivo inicial era coordenar políticas de segurança durante a Guerra Fria, mas ao longo das últimas décadas passou, outros interesses surgiram. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

Ilustração 2: Sudeste Asiático

ASEAN countries



Fonte: Google My Maps

A aproximação entre países da ASEAN e a China, apesar da sua proximidade geográfica e da composição étnica chinesa de alguns países, ocorre principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra Fria, as tensões foram motivadas pela divisão do mundo na época, marcado pelos dois pólos: capitalista e

comunista. Os países não-comunistas da ASEAN não concordavam com o apoio aos movimentos comunistas no Sudeste Asiático pela República Popular da China, ao mesmo tempo que havia uma desconfiança da China em relação a alguns países que poderiam estar se aproximando do Ocidente. (PEREIRA, 2004)

O início das aproximações ocorreu na década de 1970, com o crescimento das relações bilaterais entre a China e a Malásia, seguida da aproximação com a Tailândia e as Filipinas. Porém, a partir de 1978, com a política de abertura ao exterior é possível notar maior interesse pelas relações entre os países da associação. Isso ocorre devido à mudança de posicionamento chinês, que passa a considerar a região estratégica em questões de segurança em comum e para conter possíveis conflitos territoriais com o Vietnã. Ao mesmo tempo, era de seu interesse, acima das questões ideológicas, fortalecer os países da região, em especial os seus mercados.

Ainda na década de 1990, progressivamente havia a aproximação das relações bilaterais, de forma gradual, visto que a China era temida devido ao seu crescimento econômico, suas dimensões continentais, sua proximidade geográfica e sua não-transparência na política de defesa. (PEREIRA, 2004)

Após a crise financeira asiática de 1997, o relacionamento se intensificou com a Iniciativa Chiang-Mai de swap cambial e com o início das negociações da área de livre comércio, que entraria em vigor a partir de 2010. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015).

2.1 O Duplo Pólo na Economia Mundial

Até então, o crescimento regional asiático era focado nos investimentos provenientes do Japão e dos Tigres Asiáticos, que possibilitaram grande dinamismo e crescimento similar, apesar dos países em questão estarem em estágio diferentes de desenvolvimento, esse regime de crescimento ficou conhecido como o dos “gansos voadores”. Medeiros (2006) explica que, em 1995, há a desvalorização da moeda japonesa e a contração do IDE japonês que estava associado as exportações asiáticas com destino a mercados como o dos EUA. A vinculação das moedas regionais ao dólar levou a uma valorização dessas moedas em relação ao iene e, consequentemente, a uma valorização relativa à moeda chinesa. Essa valorização somada aos resultados positivos obtidos pelas ZEEs atraiu produtores

da ASEAN, que abasteciam o mercado americano, para a China, aumentando consideravelmente a participação dos EUA nas exportações chinesas.

A compreensão do Duplo Pólo, para Medeiros (2007), passa pelo entendimento do que ele nomeia de “efeito estrutura” e “efeito escala”. O primeiro é a atração da China da produção para exportação de produtos intensivos em mão de obra, que antes estava localizada em outros países asiáticos. Em contrapartida, a China passa a importar mais insumo, componentes e bens de capitais, favorecendo aqueles que se destacam tecnologicamente nessas produções. O segundo efeito é a compensação do que os países da ASEAN deixaram de exportar para mercados terceiros pelas exportações para a própria China, que demanda essa produção intensiva em mão-de-obra para suprir o seu mercado interno em ascensão.

A aproximação entre a ASEAN e China na década de 1990 e anos 2000 foi caracterizada por diversos acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio. Entre eles, destaca-se o da Área de Livre Comércio entre a China e ASEAN (CAFTA). O contexto foi favorável à China, pois os países asiáticos ainda se recuperavam da crise de 1997, o Japão passava por dificuldades provenientes da sua recessão e os EUA estavam focados na Guerra ao Terror, após o ataque ao World Trade Center. (Becard e Castro, 2013)

O acordo era uma proposta para aumentar os fluxos de comércio e investimento da região. De modo flexível, a China permitiu a cada país determinar o ritmo de liberalização comercial. Em 2010, as tarifas de exportação entre as partes já haviam caído consideravelmente, se aproximando de zero.

2.2 A relação China-ASEAN pós-crise

Os países da ASEAN e a China também sentiram os efeitos da crise de 2008, diminuindo seu ritmo de crescimento e, em alguns casos, até experimentando contração do PIB, que foi impactado especialmente pelos resultados comerciais. A resposta da China para conter a crise foi um pacote econômico e um programa de empréstimos. Deste modo, ela conseguiu manter altas taxas de crescimento, mesmo no ápice da crise.

A manutenção do crescimento chinês foi vital para os países asiáticos. A recuperação no nível das exportações do bloco para a China foi observada antes da melhora das exportações para os EUA, funcionando como um mecanismo regional

de crescimento e protegendo a região de choques econômicos do restante do globo. Ainda em 2009, a China emprestou bilhões para o bloco a fim de promover o desenvolvimento econômico.

O enfrentamento da crise serviu de aprendizado em relação aos efeitos da dependência dos mercados americanos e europeus na economia asiática, promovendo a importância do fortalecimento do comércio intra-asiático, que fortifica a região e minimiza choque proporcionado por crises externas. (Benard e Castro, 2013)

2.3 As especificidades dentro do grupo

O reflexo da aproximação dos anos 1970 e 1990 no comércio bilateral foi o crescimento de \$523 milhões em 1975 para \$2,1 bilhões em 1980 e \$6,7 bilhões em 1990. Já em 2000 esses números chegavam à marca de \$39,5 bilhões. Como resultado, a ASEAN tornou-se o quinto maior parceiro comercial chinês. (PEREIRA, 2004)

As relações comerciais entre a China e cada país da ASEAN possui a sua especificidade, mas é possível dividi-los em subgrupos de características semelhantes. A divisão é feita por países de baixa, média ou alta renda. O primeiro grupo é composto pelo Vietnã, Laos, Camboja e Myanmar. O segundo, pela Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas. E último, por Cingapura e Brunei.

Vietnã está classificado nos países de baixa renda, mas considerando o crescimento do seu PIB entre 2003 e 2013 ele pode estar próximo de entrar no próximo grupo e se firmar como uma economia baseada em manufaturas. As relações diplomáticas com a China permeiam a afinidade entre ambas por partilhar o mesmo regime comunista e por assinarem um acordo para aumentar a troca e cooperação econômica, porém ainda existem tensões devido à política territorial chinesa agressiva no Mar do Sul da China.

Koch-Weser e Salidjanova (2015) destacam o desequilíbrio da balança comercial entre a China e Vietnam, comparado ao padrão da ASEAN. Em 2012, a China era apenas o terceiro maior exportador do Vietnã, mas é, disparado, a sua maior fonte de importações. Enquanto sua balança comercial com o restante do mundo era superavitária, com a China a sua situação era a contrária e com a tendência de aumento do déficit. Nesse ano, as suas maiores exportações para

China eram de produtos de origem vegetal e combustíveis, enquanto sua maior importação era de maquinário e produtos eletrônicos. Apesar do saldo da balança comercial, o IDE chinês é menos expressivo do que em outros países da ASEAN.

Myanmar também está classificado como país de baixa renda, e após um período de isolamento, como consequência de um governo ditatorial, volta a realizar eleições em 2010. A sua economia é majoritariamente agrícola e de serviços, com destaque para a extração mineral, portanto o seu desenvolvimento industrial é irrisório. O comércio internacional está muito abaixo da média do grupo, mas possui tendência de crescimento após a sua abertura comercial em 2008. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

A Myanmar é deficitária em relação ao mundo e em relação à China, mais de 80% das suas importações e exportações costumam ser de países asiáticos, sendo a China seu maior parceiro comercial. As suas maiores exportações são minerais, produtos de origem animal e vegetal e madeira, por sua vez, as suas importações são de produtos industriais maquinário, produtos eletrônicos e equipamentos de transporte. Ao contrário de outros países do grupo, os IDEs chineses são expressivos na Myanmar e as empresas chinesas investiram em grandes projetos de infraestrutura no país.

Ainda no subgrupo dos países de baixa renda, o Camboja é um dos menores países da Ásia, tanto em sua economia quanto em habitantes. Entre 2003 e 2012 cresceu expressivamente, em especial devido ao turismo e à produção de roupas. A sua principal exportação em 2013 era de produtos têxteis, mas apesar de empregar muitos trabalhadores, representava uma pequena porcentagem do PIB. Suas exportações eram destinadas majoritariamente para países fora da Ásia, sendo esta a sua diferença em relação a outros países do grupo. Em relação a China, sua exportação de têxteis era pequena. Contraditoriamente, o Camboja importava seus produtos têxteis. As exportações para China eram de madeira, plástico, borracha e produtos agrícolas. O resultado é uma balança comercial deficitária. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

Em relação os fluxos de IDE chineses, eles eram crescentes e destinados à produção offshore têxtil intensiva em trabalho, assim como em projetos de infraestrutura e na indústria de aço.

O último país de baixa renda é o Laos. Apesar de seu tamanho e de sua economia, entre 2003 e 2013 cresceu em média 7,6% ao ano, aumentando a importância da sua indústria possuía tendência de se tornar industrializado, um dos promotores de crescimento era o turismo. Estando 61% da sua população, em 2013, em idade ativa, atraiu empresas para a produção de manufaturas intensivas em trabalho.

O seu comércio internacional é pequeno e concentra-se nos países do seu entorno, como China, Tailândia e Vietnã. Sua balança comercial com a China, até 2013, foi, na maior parte dos anos, deficitária. As principais exportações eram matérias-primas (metais e madeira) e as principais importações chinesas são produtos elétricos e equipamentos de transporte. A respeito dos fluxos de IDE da China, nesse período houve um crescimento exponencial, investindo em empreendimentos residenciais e turísticos.

A Indonésia já faz parte do segundo subgrupo da ASEAN, por ser classificado como de renda média. É o país com maior população e PIB do bloco, mas seu PIB per capita em 2013 estava próximo de ser classificado como de baixa renda. Nesse ano, sua balança comercial em relação ao mundo era deficitária, como resultado de suas relações comerciais com a China, Japão e Cingapura. No caso chinês, o déficit inicia-se a partir de 2007, com o aumento das importações de produtos chineses. Em 2013, metade dessas importações eram de máquinas e produtos elétricos. Em contrapartida, parte significativa das exportações era de combustíveis, metais, madeira e produtos vegetais. Em relação aos fluxos de IDE, a China passou de receptora para investidora no território indonésio. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

A economia da Malásia cresceu consideravelmente até 2013 e o comércio foi muito importante na obtenção desses resultados. As suas relações comerciais são bem pulverizadas, possibilitando à Malásia não depender unicamente de um parceiro comercial, porém de 2008 até 2013 foi um dos maiores parceiros chineses dentro da ASEAN. A balança comercial entre os dois países é considerada superavitária ou deficitária, dependendo da base de dados consultada. Segundo o Ministério do Comércio chinês ela era superavitária para a Malásia de 2003 a 2013.

Sua economia é bem integrada a cadeia de logística regional, sendo tanto para suas importações quanto para suas exportações de máquinas e produtos

elétricos a sua maior parcela. Essa proporção se reflete e é ainda mais acentuada no seu comércio com a China.

Os fluxos de IDE chineses, até 2013, eram menores do que o da Indonésia. Até 2009, a Malásia investia mais na China do que recebia investimento chinês, mas esse movimento foi invertido com o aprofundamento do investimento chinês, em especial na indústria de aço e alumínio. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

Dentre as economias de renda média está a Tailândia, sua economia possui grande abertura, porém durante os anos 1990 esteve sujeita a choques externos, retomando a sua estabilidade no início da década seguinte. Durante a crise, suas exportações diminuíram drasticamente e, após voltar a se reerguer, sofre perdas substanciais em 2011, quando grandes inundações atingem as suas áreas comerciais.

Sua particularidade é que apesar de possuir déficit comercial em relação a bens, quando se considera os bens e serviços é superavitário por exportar serviços, especialmente turismo. Seus parceiros comerciais são pulverizados, e em 2013 o principal destino de suas exportações era a China, sendo esta a sua segunda fonte de importações. Segundo o Ministério do Comércio chinês, a Tailândia é superavitária nas relações de comércio entre os dois países. A Tailândia exporta para ela majoritariamente plástico e borracha, seguida de máquinas e equipamentos elétricos. No sentido contrário, as importações são concentradas também em máquinas e equipamentos elétricos, sendo seguida de metais. Quando se analisa os IDEs chineses, eles cresceram de 2003 até 2013, os maiores investimentos são em eletricidade, produtos de borracha natural e na indústria de autopeças. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

O último país de renda média são as Filipinas, segundo maior em população da ASEAN. A sua relevância para China está mais associada a sua política do que à economia. As suas relações comerciais são pequenas, comparadas ao restante do bloco, mas as disputas por territórios marítimos são de grande relevância.

A sua economia é orientada pelo consumo e sua balança é deficitária em relação ao mundo. As suas exportações ainda são preponderantes para o Japão, seguindo o caminho inverso do bloco, sendo a China o seu terceiro maior mercado. Apesar de nos anos anteriores o comércio com a China ser superavitário, em 2013

ele foi deficitário. A sua principal exportação para o país é maquinário e produtos elétricos, seguido de minerais e as suas importações também apresentam os dois grupos além de também ser considerável suas importações de combustíveis e produtos químicos. (KOCH-WESER e SALIDJANOVA, 2015)

Ao analisar o IDE chinês, seguindo a tendência do bloco, até 2013 ele é crescente e ainda há o fluxo contrário de IDE filipino para o continente. O destaque do investimento chinês nas Filipinas é na produção de etanol e bioetanol vegetal.

Ainda há dois países dentre o bloco que são classificados como de renda alta, sendo eles Brunei e Cingapura. O primeiro é o menor país do bloco, mas o que possui maior importância estratégica, pois a intenção chinesa de fortalecer os laços econômicos tem como objetivo o apoio dos sultões aos seus interesses no Sudeste da Ásia.

A economia de Brunei é alicerçada no petróleo, garantindo a ele uma das mais ricas populações no mundo. A maior parte do seu PIB é constituído da produção de petróleo e de gás natural, essas duas categorias também representavam mais de 90% das suas exportações em 2013. A relevância desses produtos na economia chinesa, intensiva em energia, consolidaram o país como um parceiro comercial substancial. A exportação de sua agricultura também possui a sua importância, mas no final, a balança comercial, em 2013, era deficitária para Brunei. Seguindo a tendência de outros países da ASEAN, a importação de produtos chineses está dividida entre máquinas e equipamentos elétricos, metais e plástico.

Por fim, os fluxos de IDE cresceram consideravelmente de 2003 até 2013, mas ainda representavam menos de 1% de todos os investimentos recebidos por Brunei.

O último país analisado da ASEAN é a Cingapura. Sua economia é mais dinâmica do que a de Brunei e depende fortemente do comércio. O país é especializado na administração de riquezas e destaca em recursos humanos, ainda assim exporta algumas manufaturas eletrônicas e químicas. Cingapura é um investidor em diversos setores da China, sendo eles logística, finanças, informação eletrônica, fabricação de equipamentos, produtos químicos, automóveis e motocicletas e produtos farmacêuticos.

Os seus maiores parceiros comerciais são a Malásia e a China, e a suas importações e exportações para esse último são principalmente de máquinas e equipamentos elétrico e combustíveis.

Capítulo 3: Os fluxos de comércio antes e após a crise de 2008

A partir das análises do capítulo anterior foi possível observar os novos desmembramentos do relacionamento entre a China e os países asiáticos, focando-se na ASEAN, desde a década de 1990 até o presente. O crescimento da China e a sua estratégia de desenvolvimento proporcionaram o deslocamento de fluxos de comércio e investimento na economia mundial, e em função da sua consolidação como exportadora de produtos manufaturados intensivos em trabalho ficou conhecida como fábrica do mundo. Os efeitos para o entorno asiático foram a atração de seus fluxos de IDEs da exportação para terceiros mercados, que foi compensada pelo aumento das importações Chinesas pelos seus produtos, a fim de adquirir insumos e bens de capital para o seu setor exportador e para o seu crescente mercado externo. Nesse contexto, a ASEAN se tornou exportadora de matéria-prima, enquanto países como a Coreia se destacaram na exportação de bens de tecnologia mais avançada.

A crise de 2008 não poupou a Ásia, diminuindo as exportações chinesas para mercados terceiros e propagando seus efeitos na região. A taxa de crescimento chinesa, apesar de continuar em altos patamares comparada ao restante do globo, diminuiu de aproximadamente 14%, para próximo de 7%, se tornando o “novo normal” como resultado da crise e de suas contradições internas.

A solução encontrada para evitar que crises como a de 2008 não voltem a impactar o país e seu entorno foi fortalecer as relações comerciais da região e se tornar cada vez menos dependente das exportações para os EUA e a Europa, para tanto, houve o crescimento de acordos bilaterais e multilaterais na região, assim como o aumento de investimento nos países asiáticos, sem exigência de contrapartidas. O objetivo de fortalecer a confiança, considerando que o tamanho do país, seu poder econômico-militar e o histórico de conflitos passados tendem a dificultar o relacionamento diplomático com determinados países.

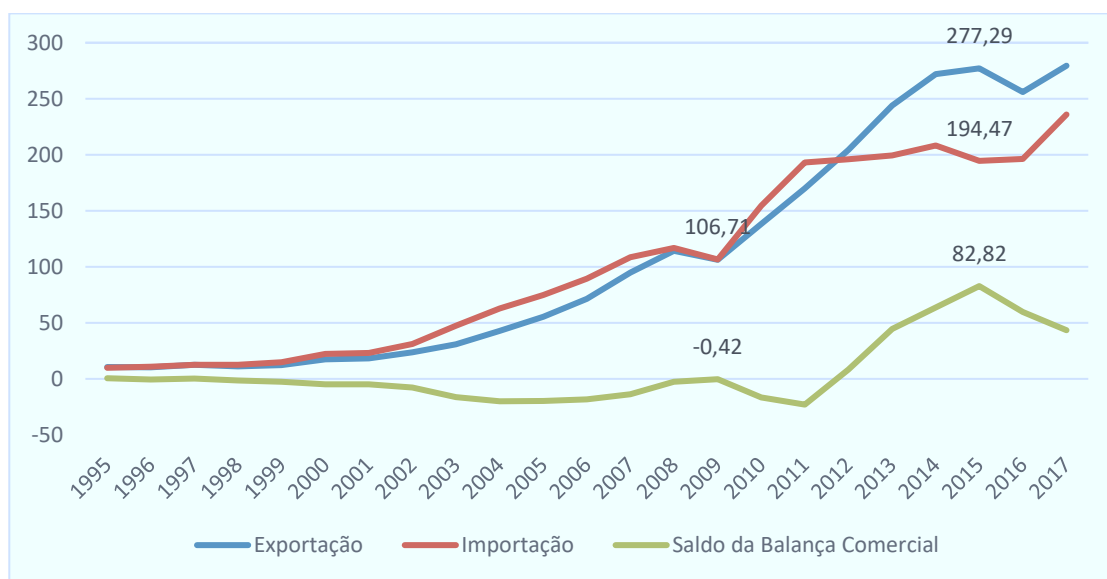
A fim de observar esses movimentos desde a década de 1990 até as mudanças pós-crise, este capítulo traz dados desse período e a análise do rumo que os fluxos de comércio recente se direcionaram.

3.1 A aproximação ASEAN-China em dados

À primeira vista, o estreitamento comercial pode ser notado na evolução entre as importações e exportações com o grupo. O gráfico 1 apresenta seu crescimento no período de 1995 até 2008. Com o crescimento das importações maiores do que as exportações, a balança comercial nesses anos era deficitária.

A crise é sentida em 2009, quando os dois fatores apresentam retração, após esses anos eles voltam a crescer como efeito do CAFTA que entra em vigor em 2010. A princípio o déficit se mantém até 2012, quando há a inflexão e a ASEAN, como um todo, passa a ser deficitária, destacando o pico do déficit em 2015 e a tendência de sua redução conforme as importações chinesas têm crescido mais do que suas exportações para o bloco.

Gráfico 1: A evolução das importações, exportações e do saldo da balança comercial da China para a ASEAN (em bilhões de dólares)



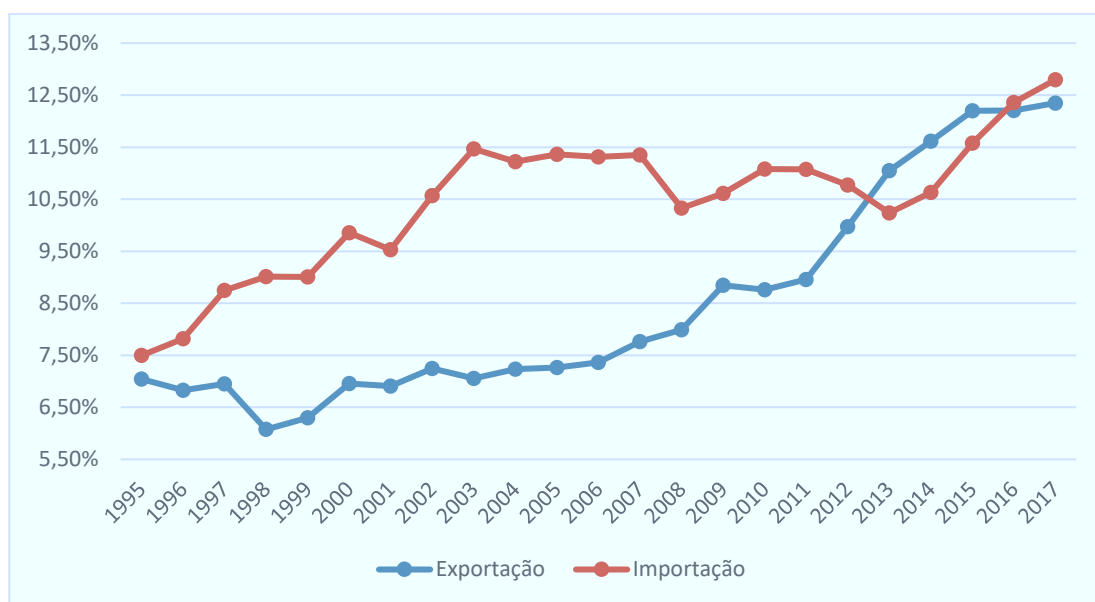
Fonte: Unctad, elaboração própria

Quando é considerada a participação das exportações e importações em relação ao total para o mundo, como no Gráfico 2, a evolução mostra outros contornos. Apesar da crise, a participação das importações segue crescente desde 1999, isto é, apesar de apresentar queda absoluta em 2009, reduziu menos do que as importações para o restante do globo, e tendo o efeito contrário, crescendo consideravelmente nesse ano.

Já a participação das exportações teve trajetória mais instável no mesmo período, crescendo até 2003 e se mantendo estável no pré-crise. Porém, ao contrário das importações, vivência uma queda em 2008, voltando a crescer até 2010 e retraindo novamente até 2013, ano no qual a participação das exportações se torna menor do que a das importações.

De 2014 até recentemente a participação das exportações retomou sua trajetória de crescimento, voltando a ultrapassar as importações.

Gráfico 2: A evolução da participação das importações e exportações chinesas para a ASEAN



Fonte: Unctad, elaboração própria

As importações e exportações, como um todo no bloco, cresceram mais de 1995 a 2007 do que de 2007 a 2017, como é possível observar nas tabelas 1 e 2, visto que, nesse período, tanto a China quanto a ASEAN apresentaram maiores taxas de crescimento do que no período pós-crise.

De 2007 até 2017, todos os países de renda baixa aumentaram a sua participação no destino das exportações chinesas, em especial cresce a participação do Vietnã. Os países de renda alta perdem participação, sendo puxados pela redução drástica da participação de Cingapura partindo de 31,62% em 2007 para 16,11% em 2017, visto que foi a que menos cresceu no período, apenas uma vez e meia. (Tabela 1)

Tabela 1 - Exportações chinesas para a ASEAN, por país

País	1995		2007		1998-2007	2017		2007-2017
	US\$ Mi	Participação relativa	US\$ Mi	Participação relativa	Crescimento	US\$ Mi	Participação relativa	Crescimento
Brunei	34,5	0,33%	113,1	0,12%	3,3	637,6	0,23%	5,63
Singapura	3500,6	33,42%	29946,5	31,62%	8,6	45019,3	16,11%	1,50
Total Países Renda Alta	3535,1	33,75%	30059,6	31,74%	8,5	45656,9	16,34%	1,52
Indonésia	1438,1	13,73%	12695,7	13,40%	8,8	34757,4	12,44%	2,74
Malásia	1281,0	12,23%	17744,2	18,73%	13,9	41712,3	14,92%	2,35
Filipinas	1030,1	9,84%	7528,4	7,95%	7,3	32065,9	11,47%	4,26
Tailândia	1751,7	16,73%	12032,9	12,70%	6,9	38541,7	13,79%	3,20
Total Países Renda Média	5501,0	52,52%	50001,1	52,79%	9,1	147077,3	52,62%	2,94
Laos	47,7	0,46%	177,9	0,19%	3,7	1419,4	0,51%	7,98
Camboja	51,6	0,49%	883,6	0,93%	17,1	4783,2	1,71%	5,41
Birmânia	617,8	5,90%	1700,1	1,79%	2,8	8948,5	3,20%	5,26
Vietnã	720,3	6,88%	11895,0	12,56%	16,5	71617,2	25,62%	6,02
Total Países Renda Baixa	1437,4	13,72%	14656,6	15,47%	10,2	86768,3	31,04%	5,92
ASEAN	10473,5	100,00%	94717,4	100,00%	9,0	279502,5	100,00%	2,95

Fonte: UNCTAD, elaboração própria

No lado das importações, como observamos na Tabela 2, os maiores crescimento são em países de baixa renda, como Camboja, Laos e Birmânia, mas que mesmo assim, esses três países ainda constituem parcela pequena do total importado da ASEAN. O Vietnã foge dessa regra, pois também cresce em participação, se tornando umas das principais fontes de importações chinesas no bloco, chegando a representar 21,35% da participação em 2017.

Assim como nas exportações, Singapura perde grande parte da sua participação, acompanhada das Filipinas que, ao contrário das exportações, perde participação. Brunei cresce relativamente, tanto nas importações quanto nas exportações, mas a sua participação no total continua pequena.

Tabela 2 - Importações chinesas da ASEAN, por país

País	1995		2007		1998-2007	2017		2007-2017
	US\$ Mi	Participação relativa	US\$ Mi	Participação relativa	Crescimento	US\$ Mi	Participação relativa	Crescimento
Brunei	0,025	0,00%	246,1	0,23%	9789,4	351,8	0,15%	1,43
Singapura	3397,8	34,32%	17550,4	16,17%	5,2	34249,6	14,52%	1,95
Total Países Renda Alta	3397,8	34,32%	17796,4	16,40%	5,2	34601,4	14,66%	1,94
Indonésia	2052,1	20,73%	12464,2	11,49%	6,1	28574,3	12,11%	2,29
Malásia	2070,5	20,91%	28723,3	26,47%	13,9	54426,1	23,07%	1,89
Filipinas	275,7	2,79%	23117,8	21,31%	83,8	19239,2	8,15%	0,83
Tailândia	1610,7	16,27%	22665,7	20,89%	14,1	41596,1	17,63%	1,84
Total Países Renda Média	6009,1	60,69%	86971,1	80,15%	14,5	143835,7	60,96%	1,65
Laos	6,4	0,07%	85,9	0,08%	13,3	1605,0	0,68%	18,68
Camboja	5,7	0,06%	51,1	0,05%	8,9	1007,6	0,43%	19,73
Birmânia	149,5	1,51%	378,1	0,35%	2,5	4526,3	1,92%	11,97
Vietnã	332,1	3,35%	3226,3	2,97%	9,7	50374,6	21,35%	15,61
Total Países Renda Baixa	493,7	4,99%	3741,4	3,45%	7,6	57513,5	24,38%	15,37
ASEAN	9900,7	100,00%	108508,9	100,00%	11,0	235950,7	100,00%	2,17

Fonte: UNCTAD, elaboração própria

Na Tabela 3 é possível observar a evolução da participação das exportações de produtos como um todo do bloco. No geral, há um aumento absoluto de todas as categorias no período anterior à crise, mas a participação relativa geral se mantém no patamar de 7%, com um pequeno aumento. Após a crise, o aumento absoluto é menor, mas a participação relativa ao mundo passa a ser de 12,33%. Todas as categorias selecionadas - commodities primárias, manufaturas intensivas em trabalho, manufaturas de baixa tecnologia, manufaturas de média tecnologia e manufaturas de alta tecnologia – cresceram substancialmente, mas a que mais se destacou foram as commodities primárias, em 2007 sua participação era de 13,56% e em 2017 ela chega a 24,24%.

Porém, ao considerar a participação relativa do total de produtos exportados para a ASEAN, quem cresce são as manufaturas de média tecnologia e intensivas em trabalho.

Tabela 3 – Exportações chinesas para a ASEAN por produto

	1995			2007			2017		
	US\$ Mi	Relativo ao mundo	Relativo ao total	US\$ Mi	Relativo ao mundo	Relativo ao total	US\$ Mi	Relativo ao mundo	Relativo ao total
Commodities primárias	2405,67	10,28%	22,97%	11073,41	13,56%	11,69%	34203,84	24,24%	12,24%
Manufaturas intensivas em trabalho e recursos	1767,34	3,24%	16,87%	14612,83	5,40%	15,43%	57105,65	12,02%	20,43%
Manufaturas de baixa tecnologia	2049,17	12,65%	19,57%	15643,76	11,00%	16,52%	36049,57	16,30%	12,90%
Manufaturas de média tecnologia	1790,92	7,57%	17,10%	17572,47	6,77%	18,55%	63591,56	10,95%	22,75%
Manufaturas de alta tecnologia	2391,89	7,99%	22,84%	35678,93	7,72%	37,67%	87088,43	10,40%	31,16%
Total	10473,47	7,04%	100,00%	94717,42	7,76%	100,00%	279502,48	12,35%	100,00%

Fonte: UNCTAD, elaboração própria

Por fim, as importações agregadas dos produtos da ASEAN para a China cresceram no período pré-crise, sendo acompanhada pelo crescimento da sua participação. Após a crise, o crescimento relativo é pequeno. (Tabela 4)

Todas as categorias selecionadas cresceram a sua participação após a crise, com exceção das manufaturas de alta tecnologia. Passando de uma participação de 6,52% em 2007, para 20,39% em 2017 pode-se destacar o crescimento das importações de manufaturas intensivas em trabalho.

Desse modo há a redistribuição da parcela de importados pela ASEAN, crescendo a participação das commodities no total e reduzindo a de manufaturas de

alta tecnologia, mesmo assim, essas duas categorias continuam a sem as de mais relevância.

Tabela 4 – Importações chinesas da ASEAN, por produto

	1995			2007			2017		
	US\$ Mi	Relativo ao mundo	Relativo ao total	US\$ Mi	Relativo ao mundo	Relativo ao total	US\$ Mi	Relativo ao mundo	Relativo ao total
Commodities primárias	5428,49	20,04%	54,83%	27034,57	9,79%	24,91%	68609,06	10,97%	29,08%
Manufaturas intensivas em trabalho e recursos	1338,63	7,28%	13,52%	2216,00	6,52%	2,04%	11512,45	20,39%	4,88%
Manufaturas de baixa tecnologia	544,77	5,28%	5,50%	884,83	2,31%	0,82%	3741,99	8,08%	1,59%
Manufaturas de média tecnologia	729,52	1,98%	7,37%	9026,94	4,98%	8,32%	18884,34	6,13%	8,00%
Manufaturas de alta tecnologia	1733,57	4,62%	17,51%	69104,97	16,41%	63,69%	116838,20	15,94%	49,52%
Total	9900,68	7,50%	100,00%	108508,93	11,35%	100,00%	235950,68	12,80%	100,00%

Fonte: UNCTAD, elaboração própria

Considerando os dados anteriores, que indicam o crescimento do comércio com o Vietnã e a redução com a Singapura, uma análise mais precisa desses países pode apontar para a substituição de um pelo outro em determinada categoria.

A tabela 5 apresenta os dados das exportações para esses dois países, enquanto as manufaturas de alta tecnologia e intensiva em trabalhos são as que mais perdem participação de Singapura, o movimento contrário ocorre no Vietnã, uma vez que, essas são as suas categorias que mais crescem relativamente.

Tabela 5 - Exportações chinesas para Singapura e Vietnã, por produto

Parceiro	Produto	1995		2007		2017	
		US\$ Mi	Participação na ASEAN	US\$ Mi	Participação na ASEAN	US\$ Mi	Participação na ASEAN
Singapura	Commodities primárias	838,60	34,86%	3261,14	29,45%	7570149	22,13%
	Manufaturas intensivas em trabalho e recursos	693,00	39,21%	4448,94	30,45%	5123,10	8,97%
	Manufaturas de baixa tecnologia	422,34	20,61%	5124,79	32,76%	6891,65	19,12%
	Manufaturas de média tecnologia	456,86	25,51%	3868,16	22,01%	8343,78	13,12%
	Manufaturas de alta tecnologia	1083,15	45,28%	13157,91	36,88%	16990,43	19,51%
	Total	3500,62	33,42%	29946,49	31,62%	45019,30	16,11%
Vietnã	Commodities primárias	174,07	7,24%	1484,05	13,40%	6949,10	20,32%
	Manufaturas intensivas em trabalho e recursos	154,18	8,72%	2251,64	15,41%	18339,93	32,12%
	Manufaturas de baixa tecnologia	49,36	2,41%	3051,57	19,51%	7994,20	22,18%
	Manufaturas de média tecnologia	199,64	11,15%	2677,83	15,24%	14563,75	22,90%
	Manufaturas de alta tecnologia	140,77	5,89%	2427,13	6,80%	23048,16	26,47%
	Total	720,26	6,88%	11894,98	12,56%	71617,25	25,62%

Fonte: UNCTAD, elaboração própria

O mesmo movimento não é observado nas importações (Tabela 6), mas é expressiva a diminuição da participação das importações de baixa tecnologia da Singapura, de 46,33% em 2007 para 8,33% em 2017. Por sua vez, a china passa a importar mais manufaturas intensivas em trabalho e de alta tecnologia do Vietnã.

Tabela 6 - Importações chinesas da Singapura e Vietnã, por produto

Parceiro	Produto	1995		2007		2017	
		US\$ Mi	Participação na ASEAN	US\$ Mi	Participação na ASEAN	US\$ Mi	Participação na ASEAN
Singapura	Commodities primárias	1396,58	25,73%	2210,39	8,18%	5901,00	8,60%
	Manufaturas intensivas em trabalho e recursos	68,57	5,12%	128,68	5,81%	121,87	1,06%
	Manufaturas de baixa tecnologia	469,67	86,22%	409,97	46,33%	311,87	8,33%
	Manufaturas de média tecnologia	456,00	62,51%	2439,51	27,02%	3599,91	19,06%
	Manufaturas de alta tecnologia	952,31	54,93%	12237,34	17,71%	19530,48	16,72%
	Total	3397,77	34,32%	17550,37	16,17%	34249,62	14,52%
Vietnã	Commodities primárias	320,48	5,90%	2252,17	8,33%	6815,25	9,93%
	Manufaturas intensivas em trabalho e recursos	5,52	0,41%	287,63	12,98%	6118,23	53,14%
	Manufaturas de baixa tecnologia	0,41	0,07%	36,32	4,10%	174,49	4,66%
	Manufaturas de média tecnologia	3,41	0,47%	309,26	3,43%	2595,38	13,74%
	Manufaturas de alta tecnologia	2,22	0,13%	340,89	0,49%	24587,13	21,04%
	Total	332,05	3,35%	3226,28	2,97%	50374,62	21,35%

Fonte: UNCTAD, elaboração própria

Considerações finais

As reformas de 1978 ocorridas na China, suscitaram um grande crescimento econômico com mudança estrutural. Segundo Medeiros (1999), esse avanço é resultado de três motivos principais. O primeiro motivo elencado é o efeito na China da estratégia americana de isolar a ex-URSS e o desgaste desta. Em 1979, os EUA e a China reatam relações diplomáticas, abrindo os mercados ocidentais para os produtos chineses. O crescimento foi potencializado com apoio dos EUA, que tinha como objetivo conter o avanço da ex-URSS. O fim da URSS marca uma nova fase no processo, o notável crescimento chinês nesse período se mostrou uma ameaça aos interesses americanos.

Outro aspecto analisado são os benefícios adquiridos ao se aproveitar das divergências entre os EUA e o Japão e do comportamento cambial da região para atrair capitais. A desvalorização do iene nos anos 80 impactou moedas asiáticas, entre elas o yuan chinês. Os custos de produção ocidental se elevaram em relação ao asiático, em função da desvalorização. O último ponto apresentado é a estratégia elaborada do governo chinês que aspirava a soberania do Estado sobre a população e o território, partindo da modernização industrial e do desenvolvimento econômico. (MEDEIROS,1999)

O crescimento regional asiático, até 1995, era baseado nos investimentos japoneses e dos Tigres Asiáticos nos países da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN). A desvalorização do iene em relação ao dólar e a diminuição dos IDE japoneses para os EUA alterou essas relações comerciais regionais. Visto que as moedas regionais eram vinculadas ao dólar, estas se valorizaram em relação ao yuan, que já havia se desvalorizado em 1994. O sucesso das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) combinado a desvalorização do yuan, acarretaram na substituição de produtos da ASEAN no mercado americano, para produtos chineses. Por sua vez há o redirecionamento dos IDE asiáticos em direção a China. Forma-se, portanto, o Duplo Pólo, no qual de um lado a China se consolida como fornecedora de bens de consumo industriais e produtos de TI para os mercados ocidentais. No outro pólo, propulsora do crescimento asiático, em função do seu mercado de grande magnitude em expansão. (MEDEIROS,2006)

A respeito do desenvolvimento recente Chinês, Medeiros e Cintra (2015) destacam que entre 2005 e 2010, a China atingiu o patamar de maior exportadora mundial e segunda maior importadora. Eles argumentam que a colocação do país no centro do comércio mundial pode ser explicada por dois processos. O primeiro é a promoção da urbanização em grande escala e a industrialização pesada articulada, que em virtude do tamanho da sua população e da renda média, demanda alimentos e matérias-primas, que são supridas pela importação desses bens. O segundo processo é o estabelecimento da China como centro manufatureiro da economia mundial.

Em relação a internacionalização do capital, há o aumento dos IDE chineses, especialmente após 2008, se tornando um grande investidor mundial, notavelmente no entorno asiático, com a construção de barragens, redes de energia elétrica e estradas. Outro ponto ressaltado é a internacionalização como parte da estratégia de desenvolvimento do Estado, por meio de incentivos às empresas locais, facilitação do processo administrativo para IDE no exterior e financiamento ou construção da integração física na Europa, América Latina e nos países de seu entorno, por meio de melhorias nos transportes e nas telecomunicações. A finalidade foi buscar novos mercados, ampliando investimento e comércio regional para as empresas chinesas. (CINTRA; PINTO, 2017)

O comércio com outros países era restrito aos monopólios do governo e o volume era módico. Desde então até os anos 1990, o país abriu rapidamente a sua economia, convergindo rapidamente com a taxa média de comércio mundial em relação ao PIB. A mudança foi motivada pela falta de divisas para a importação de tecnologia. Os programas de desenvolvimento de campo de campos de petróleo e sua exportação não estavam sendo bem-sucedidos para suprir a necessidade de divisas, fomentando o processo de aumento e diversificação das exportações. A abertura comercial, para tornar uma das economias mais isoladas do mundo em um importante player da economia global, exigiu uma transformação estrutural. (NAUGHTON, 2007)

Inicialmente, a transformação foi modesta, abrindo canais de comércio nas províncias de Guangdong e Fujian e, posteriormente, criando as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e construindo as bases para o crescimento do comércio e do investimento. Para alcançar tal objetivo se fez necessário algumas medidas, como a

desvalorização da moeda, a desmonopolização do regime de comércio internacional, a mudança na determinação dos preços, a criação de um sistema de barreiras tarifárias e não tarifárias e a substituição das importações em conjunto com a promoção das exportações. (NAUGHTON, 2007)

Acerca do modelo de crescimento chinês, Cunha et al (2012) afirmam que a dinâmica de crescimento da renda é fortemente associada aos gastos de bens de investimentos, não sendo apenas as exportações relevantes nesse contexto. Todavia, é evidente a importância das exportações e dada a diminuição do crescimento dos países desenvolvidos pós-crise de 2008, se fez necessário aprofundar a inserção externa do país, assim como, diversificar os mercados de destino e as fontes de matérias-primas estratégicas. Outro movimento observado é a diversificação da pauta de produtos, que possuem cada vez mais sofisticação tecnológica.

O relatório elaborado por Koch-Weser e Salidjanova (2015) introduz os principais pontos das relações de comércio entre a China e cada país da ASEAN. De modo geral, destaca-se o fato de seus países mais ricos possuírem diversos parceiros comerciais, enquanto os mais pobres dependerem mais da China, assim como a constatação de uma mudança de um superávit, em relação a China, para um déficit nos últimos anos. Outro ponto destacado é a pequena contribuição dos IDE na região, portanto a China não é um grande investidor nesses países de modo geral.

A crise econômica mundial de 2008, ao reduzir a dinâmica dos países em desenvolvimento, se refletiu no desempenho da economia Chinesa, altamente dependente das exportações para esses países. A diversificação dos mercados de destino e das fontes de matérias-primas, bem como, a maior inserção externa foram os meios utilizados para minimizar os efeitos da crise, por meio da aquisição de ativos no exterior. Mercados emergentes, especialmente na América Latina e na África, têm absorvido as exportações. De que de acordo com as tendências de descritas de aprofundamento das relações comerciais com países emergentes, o mesmo foi observado com os países da ASEAN. O fortalecimento das relações regionais aponta um aumento do peso relativo no comércio da China com esses países, em especial em produtos manufaturados.

Referências bibliográficas

ASEAN Countries (2019), Google My Maps. Disponível em :<
https://www.google.com/maps/d/viewer?msa=0&mid=1EXHxGOeglqASOeUer_R0KV4_XHo&ll=9.080400364748249%2C110.0390625&z=4 >. Acesso em 30 de Abril de 2019

BECARD, D. CASTRO, A. As Relações China-ASEAN e a construção da liderança sub-regional chinesa: economia e diplomacia (1997-2010). Carta Internacional. Vol. 8 n. 1 jan-jun 2013 (p. 22 a 47)

CARVALHO, M. H., A Economia Política do Sistema Financeiro Chinês, dissertação de mestrado, UFRJ, 2013

CINTRA, M. MEDEIROS, C. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos Revista de Economia Política, vol. 35, nº 1, pp. 28-42, janeiro-março/2015

CINTRA, M. PINTO, E. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2, pp. 381-400, abril-junho/2017

Cintra, M. Pinto, E. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. Revista de Economia Política. Janeiro de 2015

Cintra, M. Silva, E. Pinto, E. China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CUNHA, A. et al A ascensão da China depois da crise financeira global: uma perspectiva brasileira Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2012.

GUERRERO, D. *China's Rise and its Increasing Role in Asia* China, Maio de 2007

Handbook of International Economic Statistics (1996). Disponível em:
<<https://legacy.lib.utexas.edu/maps/china.html#thematic.html>> Acesso em 28 de

novembro de 2018

International trade in good and services. Suíça: UNCTAD. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>> . Acesso em : 18 de junho de 2019

KOCH-WESER, I. SALIDJANOVA, N. *China's Economic Ties with ASEAN: A Country-by-Country Analysis* U.S-China Economic and Security Review Commission março/2015

MEDEIROS, C. China: Entre os Séculos XX e XXI In: FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999A

_____. Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China Revista de Economia Política, vol.19, nº3, pp. 92-112, julho-setembro/1999B

_____. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática Revista de Economia Política, vol.26, nº3, pp. 381-400, julho-setembro/2006

_____. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa In Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013

MADDISON, A. Chinese Economic Performance in the Long Run : 960-2030 AD. Paris: OECD, 2007

MASSON, P.; DOBSON, W e LAFRANCE, R. *China's Integration into the Global Financial System* em “Bank of Canada Review”, 2008, pp 17 – 28.

NAUGHTON, B. The Chinese Economy: transition and growth Cambridge: The MIT Press, 2007. p. 377-399

PEREIRA, R. O Reforço do Relacionamento Económico entre a China e os Países ASEAN: Principais Aspectos e Motivações, Daxiyangguo - Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos, n.º 6, Instituto do Oriente - ISCSP/UTL, Lisboa, Dezembro 2004